



## O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA COOPFAM NO MUNICÍPIO DE POÇO FUNDO – MG

Nathan Pereira Dourado

**Resumo:** A insustentabilidade da agricultura denominada de moderna e o paradigma da alta produtividade a qualquer custo, se traduz em degradação ambiental, baixo emprego de mão de obra, desigualdade social e redução das áreas destinadas à produção de alimentos. A discussão a respeito de um outro modelo de agricultura é urgente e a agroecologia surge como paradigma científico, que fornece bases conceituais e metodológicas para o redesenho de sistemas produtivos sustentáveis. Somado a isso ocorre a constante busca pela reprodução social e independência dos agricultores familiares camponeses, frente a subordinação às cadeias agroindustriais. O objetivo desse trabalho foi analisar como a agricultura de base agroecológica pode contribuir para geração de um novo modo de organização e de produção agrícola em um determinado território, proporcionando um maior dinamismo econômico. O pano de fundo desta pesquisa foram os cafeicultores familiares cooperados da COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), localizado no município de Poço Fundo-MG. Do ponto de vista metodológico a análise se apoia sobre um estudo de caso de caráter exploratório. Conclui-se, que o desenvolvimento do setor orgânico e comércio justo é considerado uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar camponesa. E o cooperativismo, a organização social e assistência técnica especializada abre novas possibilidades para viabilizar a consolidação de territórios agroecológicos de vida, construídos socialmente, como uma estratégia efetiva de reprodução social da agricultura familiar camponesa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Cafeicultura. Campesinato. Cooperativismo. Agricultura Sustentável.

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a discussão a respeito de um outro modelo de agricultura é urgente, diante da crise do modelo produtivista convencional e da crescente subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais (WANDERLEY,2011; ALTIERI,2012). Torna-se necessário questionar as formas de apropriação do meio natural pelo homem. A Agroecologia vai muito além dos aspectos técnicos, tem grande relevância social e representa um paradigma científico de caráter reformista, que propõe um modelo de produção agrícola capaz de atender as diversas demandas da sociedade sem comprometer a integridade dos agroecossistemas e que ao mesmo tempo, seja economicamente viável e socialmente inclusiva, de modo que valorize os recursos locais e os conhecimentos



tradicionais locais acumulados pelas famílias agricultoras, promovendo o desenvolvimento endógeno de um determinado território (GLIESSMAN,2009; ALTIERI,2012).

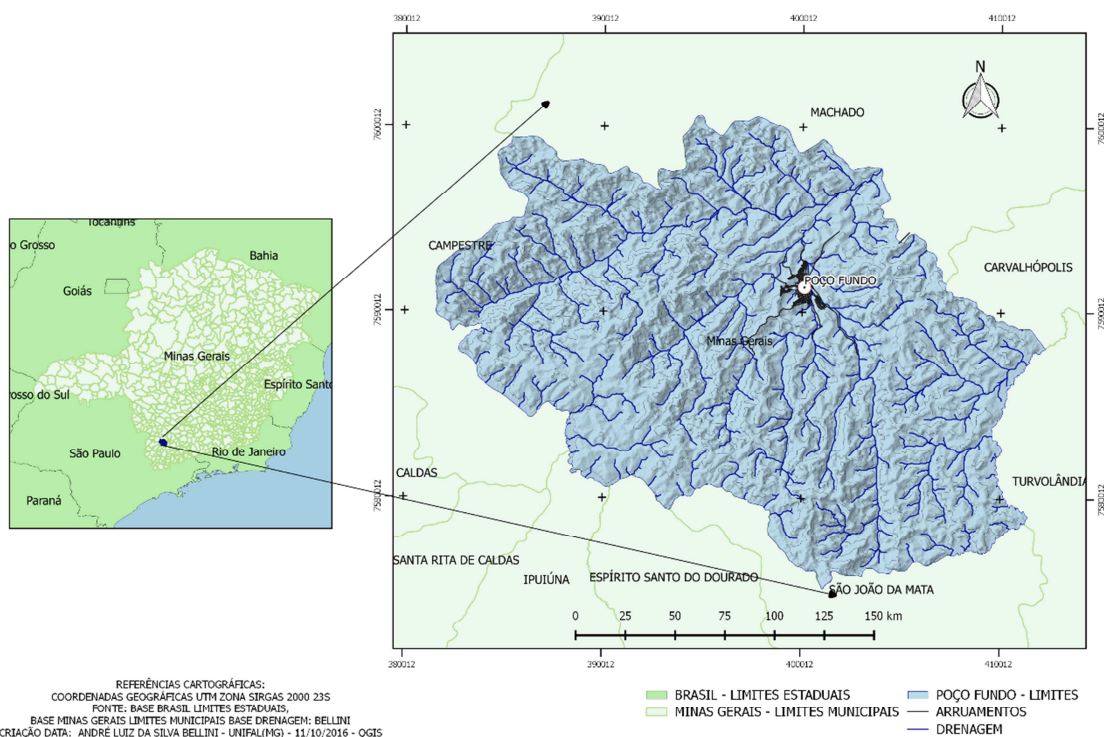
A insustentabilidade da agricultura denominada de moderna e o paradigma da grande escala e alta produtividade a qualquer custo, se traduz em degradação ambiental, baixo emprego de mão de obra, desigualdade social e redução das áreas destinadas à produção de alimentos. (COSTABEBER; CAPORAL,2003; ALTIERI, 2012). Junto a isso, ocorre a constante busca pela reprodução e independência dos pequenos agricultores, denominado de *recampesinação* por alguns autores, como Ploeg (2006) e Wanderley (2011), que apontam para uma nova proposta de desenvolvimento que priorize os pilares da sustentabilidade e uma simbiose entre o ecossistema e o agricultor que trabalha diretamente na terra. Estudos comprovam que as novas fontes de crescimento, inovação e dinamismo econômico das áreas rurais estão principalmente ligadas as peculiaridades dos patrimônios natural e cultural. E as tradições de uma economia baseada na agricultura familiar são condições favoráveis para surgimento de iniciativas locais de desenvolvimento endógeno (VEIGA,1999). Nesse sentido, a agricultura familiar camponesa representa a forma de organização mais adequada para o desenvolvimento territorial, e que mais se aproxima dos princípios da agroecologia (COSTABEBER; CAPORAL,2003; GUZMÁN; MOLINA,2013).

. O objetivo desse trabalho foi analisar como a agricultura de base agroecológica pode contribuir para geração de um novo modo de organização e de produção agrícola em um determinado território, proporcionando um maior dinamismo econômico e valorização da identidade camponesa. O pano de fundo desta pesquisa foi a COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), do município de Poço Fundo-MG.

O município de Poço Fundo destaca-se pelo grande número de agricultores familiares, e principalmente, devido o pioneirismo de se trabalhar com a cafeicultura orgânica e o comércio justo, desde a década de 1990. Ademais, nele está sediada a COOPFAM, referência em agricultura orgânica, solidária e agroecológica. Segundo o presidente da COOPFAM, a cooperativa possui atualmente 439 famílias de pequenos cafeicultores associadas e desenvolve diversos programas de incentivo à produção de café orgânico. Vale ressaltar, que tais produtores, no passado, dedicavam-se à cafeicultura convencional, no contexto de uma agricultura moderna, altamente consumidora de insumos agroquímicos e que necessitaram se adequar à essa outra forma de organização social e produção agrícola voltada para as múltiplas dimensões da sustentabilidade (ecológica, social, econômica, política, cultural e ética).

O município está localizado na bacia do médio Rio Grande, na região Sul do Estado de Minas Gerais, no bioma Mata Atlântica (Figura 1). A altitude máxima dessa localidade é de 1.435 metros e mínima de 885 metros, a pluviosidade média é de 1.592mm. Possui clima subtropical temperado com temperatura média anual de 22°C.

#### MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POÇO FUNDO NO ESTADO DE MINAS GERAIS



**Figura 1** - Mapa de localização do município de Poço Fundo no Estado de Minas Gerais  
**Fonte:** Elaborado por André Luís Bellini (2016).

## 2 METODOLOGIA

A partir da perspectiva da agricultura familiar camponesa como categoria social heterogênea, que possui diferentes dinâmicas internas de produção agrícola e reprodução social, dificultando uma compreensão geral sobre o funcionamento destas (LAMARCHE, 1998; PLOEG, 2006; WANDERLEY, 2003). Faz-se necessário uma análise específica em cada lugar, situação e tempo, para conhecer melhor o seu funcionamento compreender suas particularidades nos diferentes territórios. (FINATTO; SALAMONI, 2008). Partindo desse pressuposto, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, a partir de um o estudo



de caso, como método de abordagem, de caráter exploratório (YIN, 2001), realizado juntamente com a COOPFAM.

O ponto de partida da pesquisa baseou-se no levantamento bibliográfico sobre o assunto, sobretudo os conceitos de agricultura familiar, campesinato, agroecologia e desenvolvimento rural, e para isso, foi realizado num primeiro momento um levantamento sobre as principais obras e trabalhos científicos já realizados capazes de fornecer dados relevantes para o estudo. Posteriormente, foi realizada uma busca por dados secundários, a fim de complementar a bibliografia obtida através das produções científicas e embasar o trabalho de campo. As coletas destes dados foram feitas em órgãos oficiais como a Prefeitura Municipal de Poço Fundo, Sindicato de produtores rurais, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dessa forma, foi possível caracterizar a situação e o contexto social, econômico e agroambiental do município.

Após um aprofundado estudo sobre o tema e levantamento de dados secundários, foram realizadas as observações em campo afim de confrontar a teoria com a realidade a ser estudada, graças a aproximação com o objeto de estudo. Esta técnica é denominada observação assistemática e visa recolher e registrar os fatos da realidade e num primeiro momento visa confrontar o referencial teórico com a realidade empírica (BONI; QUARESMA, 2005). Durante essa etapa, foi realizado uma visita à COOPFAM para compreender o seu funcionamento e coletar informações sobre a produção agroecológica de café na região, por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com o presidente da cooperativa. Foram realizadas visitas em três propriedades afim de se compreender as práticas de manejo e organização social das unidades produtivas familiares.

### **3 CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS: PRODUÇÃO CONVENCIONAL VERSUS AGROECOLÓGICA**

O café tem grande importância econômica para o estado de Minas Gerais, sendo o maior produtor do país, representa cerca de 50% da produção nacional. O Sul de Minas é uma região tradicional na produção do café e, atualmente, configura-se como a principal produtora do estado. A região é caracterizada por relevo montanhoso, com altitudes de 800m a 1400m e clima tropical-temperado, possibilitando a produção de cafés com alta qualidade (COELHO, 2005).





No Sul de Minas, na safra de 2016, foram produzidas pouco mais de 16 milhões de sacas, correspondendo a cerca de 53% da produção do estado e 32% da produção nacional. Conhecida por ser uma região onde se pratica secagem natural e colheita manual, há uma grande variabilidade de sistemas de produção de café. A cultura ocupa pouco mais de 520.000 ha, distribuídas em propriedades cuja área varia entre menos de 3 até 3.000 ha (CONAB, 2016)

A produção orgânica de café no Brasil surgiu em 1990 no Sul de Minas Gerais. Com a extinção do Instituto Brasileiro de Café (IBC), o Estado acabou com a política de garantia de preço e compra das safras. Esse fato gerou uma competitividade entre os produtores, que passaram a se preocupar com qualidade dos grãos ofertados. Isso fez com que os produtores começassem a se organizar em torno de cooperativas e associações regionais, buscando uma melhoria na qualidade e diferenciação dos produtos. Dessa forma, diferentes agentes econômicos começaram a se mobilizar num movimento de valorização da qualidade da bebida. Dentre as iniciativas tomadas para diferenciar o café no mercado e agregar valor, destaca-se a produção de café orgânico centrada em princípios agroecológicos. Hoje em dia, com a crescente demanda por alimentos orgânicos e a busca por uma agricultura mais sustentável, o mercado de café orgânico está em plena ascensão no mundo, a exportação desse produto, de 2015 triplicou em relação a 2012. Esse mercado em crescimento é atendido em grande parte por agricultores familiares (MOURA et al., 2015).

A maior parte da produção de café orgânico do Sul de Minas destina-se aos Estados Unidos, Europa e Japão, com preços entre 20% e 50% superior ao do café convencional *commodity*, que encontram grande oferta e alto estoque mundial, resultando em preços muito baixos (MOREIRA, 2003). Segundo o presidente da COOPFAM, os importadores desse tipo de café, exigem a certificação que atestam a origem orgânica dos produtos, concedida pelo BCS Brasil, Ecocert, Instituto Biodinâmico (IBD-Botucatu/SP) ou pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO/SP).

Embora atenda a uma demanda crescente, o sistema de produção de café orgânico no Brasil é criticado mundialmente devido à ausência de biodiversidade nos sistemas produtivos, causado pela monocultura, que não considera a complexidade do ecossistema natural. Para se ter uma ideia, o *Coffea arábica* é uma planta que vegeta e produz bem em área sombreadas – *sistemas agroflorestais*. No Brasil, as variedades de café foram geneticamente modificadas para a produção em pleno solo (Figura 2), contudo na maioria dos países produtores, o café ainda é cultivado em sistemas sombreados, que oferecem



vantagens como preservação da biodiversidade, maior ciclagem de nutrientes, maturação mais uniforme de grãos e qualidade de bebida superior (MOREIRA, 2003).

A cafeicultura brasileira apresenta comportamento cíclico. Por ser perene e demandar certo tempo entre o plantio, o início da produção e a maturidade da lavoura, isto é, a cultura do café apresenta comportamentos distintos de produção ao longo dos anos. O início da produção se dá a partir de dois anos e meio da implantação e permanece em formação com aumento progressivo da safra até o quinto ano. Entre o quinto e o sétimo ano acontece seu ponto máximo. A partir daí, inicia-se um processo de alternância da quantidade produzida, chamado de *bienualidade*. Esse fenômeno se dá em função da quantidade de frutos produzidos, que se desenvolvem substituindo as folhas. Esse desfolhamento é agravado pelo processo de colheita que desgasta excessivamente a planta. Assim, a energia produzida no período seguinte é mais direcionada à sua recomposição do que à produção de frutos. Além disso, por estar mais debilitada, também apresenta maior suscetibilidade ao ataque da ferrugem e de outras doenças, o que também pode contribuir para a diminuição da sua produção (SOUZA, 2006).

Diferentemente do café convencional, a produção orgânica não sofre o impacto da bienualidade. A explicação para que a quantidade produzida no sistema orgânico seja praticamente a mesma todos os anos está relacionada ao tipo de manejo da lavoura, em que o solo que é mais enriquecido por não fazer usos de produtos químicos e permitir uma maior diversidade de outras espécies vegetais (MOREIRA, 2003). Na produção agroecológica de café orgânico, os custos de produção se tornam menores, pois diminui os *inputs* no sistema produtivo, ou seja, não necessita comprar adubos químicos e agrotóxicos. A fertilização do solo, no sistema agroecológico, se dá pelo uso de biomassa e de outros materiais orgânicos gerados na unidade produtiva (Figura 3), ampliando a independência do agricultor na gestão dos recursos necessários à produção.



**Figuras 2 e 3** - Lavoura de café convencional sendo aplicado herbicida e lavoura de café orgânico consorciado com milho e feijão, com presença de matéria orgânica no solo.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2016.

### **3.1 Cafeicultura no município de Poço Fundo-MG**

A área total do município de Poço Fundo é de 475 km<sup>2</sup>, dos 15.956 habitantes, sendo que cerca de 40% residem no meio rural, com predomínio de cerca de 86% de propriedades familiares (IBGE,2010). Segundo Censo Agropecuário do IBGE (2006), prevalecem no município, pequenas propriedades agrícolas, sendo que 49% dos estabelecimentos rurais possuem área total de até 10 ha. O município possui ao todo cerca de 2.785 propriedades rurais, das quais 94% apresenta área menor que 50 hectares, com predomínio da mão de obra familiar. Segundo dados da EMATER/MG, a agropecuária é a atividade econômica mais importante em Poço Fundo e emprega o maior número de pessoas. O cultivo de café representa 48% do total da área cultivada no município. Além do café, destaca-se a exploração de fumo, banana, milho, feijão e batata inglesa (EMATER, 2006).

Poço Fundo se destaca por ser o município da região com maior presença de agricultores familiares. Segundo o técnico local da Emater, na região, Poço Fundo é o município no qual existe o maior número de contratos assinados do Pronaf de créditos para agricultura familiar. Os créditos na maioria das vezes são aplicados na implantação de lavouras de café, na instalação de terreiros, secadores de café e aquisição de máquinas e equipamentos.





### **3.2 Histórico da COOPFAM, comércio justo e o desenvolvimento local**

Em 1991, um grupo de pequenos agricultores familiares fundaram a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, essa união começou por meio da influência da Igreja Católica e Pastoral da Terra (CPT), cujo objetivo era estimular o grupo a refletir sobre a realidade socioeconômica, política e ambiental vivida pelos pequenos produtores de Poço Fundo, e promover a participação e mobilização em busca de condições mais justas e dignas de trabalho e comercialização. Com o objetivo de superar as dificuldades enfrentadas no agronegócio, como os problemas de comercialização individual do café, da compra de insumos, do aprimoramento técnico e da venda da produção que, dada sua pequena escala, não poderiam ser solucionadas de maneira individual. Houve a participação de outras organizações como a ONG Sapucaí e a Rede de Agricultura Alternativa, as quais ajudaram a promover encontros, debates, cursos e viagens. Então em 2003, com mais profissionalismo e organização a associação transformou-se em cooperativa e intensificou o corporativismo e a atividade comercial do grupo (PEREIRA,2016).



**Figura 4** – Sede da COOPFAM em Poço Fundo – MG.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2016.

Desde sua fundação, a COOPFAM desenvolve projetos que reforçam certa representação territorial. Trata-se notadamente de ações visando à reprodução socioeconômica da agricultura familiar, com a preservação das atividades agrícolas





tradicionais. Nesse sentido, a cooperativa destina recursos a projetos sociais abrangendo as famílias dos cooperados e também a comunidade local, tendo como meta a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade.

Para se tornar um associado é preciso escolher um núcleo mais próximo, no total são 21 núcleos, e a participar das reuniões. É preciso também adequar e manter a propriedade de acordo com os critérios de produção e após o processo de adequação que dura em torno de 6 meses passa a integrar a cooperativa. Não existe mensalidade e nenhum tipo de cobrança, os únicos deveres do cooperado é seguir os critérios de qualidade, participar das reuniões e assembleias e manter os filhos matriculados na escola. Dentre os benefícios destaca-se o pagamento melhor pelo produto, a pré-venda com preço estipulado, adiantamento da colheita (20%), assistência técnica especializada, oferta de cursos e treinamentos e participação em projetos sociais (PEREIRA,2016).

A COOPFAM hoje é referência em agricultura orgânica, solidária e agroecológica, possuindo 439 famílias de pequenos cafeicultores associadas, dos quais 421 do município de Poço Fundo, com predomínio de pequenas propriedades (Tabela 1). O café é o principal produto que compõem esse projeto, porém a produção orgânica também se estende aos hortifrutigranjeiros. Tal arranjo permite aos dirigentes da COOPFAM avançar na ideia segundo a qual a atenção ao abastecimento alimentar local constitui uma prioridade, sendo a diversificação produtiva um dos objetivos estratégicos da instituição. Essa concepção favorece a interpretação de que existe um desejo intenso de fortalecer os vínculos com o território como questão maior para a consolidação do projeto social, econômico e ambiental da cooperativa (PEREIRA,2016)

**Tabela 1** – Tamanho da área das propriedades dos agricultores familiares cooperados da COOPFAM, do município de Poço Fundo – MG

Área da propriedade (ha)	Número (propriedades)	Frequência (%)
Menos de 05	182	43.2
De 05 a 20	194	46.0
De 21 a 50	33	7.8
Mais de 50	12	2.8
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da COOPFAM (2016).



De acordo com o Pereira (2016), das 439 famílias atendidas pela cooperativa, 154 produzem de forma agroecológica ou já iniciaram a transição agroecológica, ou seja, aproximadamente 35% das famílias, dessas, 56 já possuem o selo orgânico. Ao se fazer a transição da produção convencional para a agroecológica, os custos de produção tornam-se menores por não necessitar da compra de agrotóxicos e produtos solúveis. A queda nos custos proporcionada por essa economia da agricultura orgânica é de 30% em média, podendo chegar a 70% em algumas produções.

O entrevistado esclareceu também que, além das adequações ambientais, faz parte de suas ações, seguir princípios internacionais que norteiam o comércio justo, e que visam o desenvolvimento sustentado da comunidade, com destaque para os projetos de educação continuada de crianças, realização de cursos e treinamentos, programas de inclusão digital, atendimento a idosos e convênios de saúde, assessoria jurídica, construção de fossas sépticas rurais, dentre outros (PEREIRA,2016).

O presidente da cooperativa Pereira (2016) explicou que a partir da mudança na estrutura produtiva, organização democrática e responsabilidade social, a cooperativa conseguiu a certificação *fair trade* (comércio justo), que trata de aspectos éticos ligados à comercialização, tendo como característica a preocupação por parte dos consumidores, não só com a qualidade e o “valor biológico” dos produtos, mas também quanto às questões de cunho social e ecológico. Com essa certificação obtém-se preços acima da média do mercado de commodities (CAVINO, 2012).

Atualmente, segundo o presidente, cerca de 80% da produção de café é exportado, com dois tipos de cafés certificados internacionalmente, sendo, o *café cru convencional Fair trade* e o *café cru orgânico Fair trade*. Acrescentou ainda que cerca de 25% da produção, com baixo padrão de qualidade é vendido para indústrias e os 5% restante é beneficiado pela cooperativa (Figura 6), e vendido no varejo em redes de supermercado em 6 estados brasileiros e mercados institucionais, com valores de alto padrão.

Com base nos dados fornecidos pela cooperativa, em 2015, foram produzidas 33.000 sacas de café convencional, 1.500 sacas de orgânico e 1.000 sacas de orgânico feminino. Para 2016 a estimativa era fechar o ano com cerca de 40.000 sacas de convencional e 3.500 de orgânico. A expectativa para o entrevistado é de que em 2018, a COOPFAM consiga produzir 8.000 sacas de orgânico. Apenas em termo de comparação, o valor pago pela saca de convencional em 2015 foi de aproximadamente R\$ 500,00 e o orgânico de R\$ 980,00, o café orgânico feminino recebe 10% a mais como forma de prêmio que é destinado para o grupo MOBI – Mulheres organizadas em busca de independência, grupo que surgiu



em 2006 fruto de uma parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas, com o objetivo de lutar pela igualdade de direitos nas relações de gênero em seu meio social e familiar. Com o tempo conquistaram o direito de decidir sobre as normas do seu principal produto, o café orgânico feminino e atualmente produzem flores e artesanatos para geração de renda.

### **3.30 papel da COOPFAM na transição agroecológica**

Atualmente cerca de 5% do total de café produzido pelos cooperados é orgânico, oriundo de 56 cooperados, um número baixo ainda tendo em vista o número total de cooperados, mas está crescendo o número de agricultores interessados em fazer a transição, devido à valorização do produto, em que a saca é vendida quase pelo dobro do preço. Para se obter a certificação é preciso mudar as práticas de manejo, esse processo leva em torno de 3 anos para atender as exigências internacionais, e cerca de 1 ano e meio para o mercado interno (PEREIRA,2016).

Já existem muitos agricultores em processo de transição ou produzindo na forma SAT – sem uso de agrotóxicos, que em breve poderão comercializar como orgânico. Segundo os entrevistados, os fatores que motivam os agricultores a trabalhar com o sistema agroecológico, além do benefício econômico, é ver que as lavouras sem uso de agroquímicos estão ficando mais produtivas e com qualidade da produção superior. A COOPFAM realiza pesquisas de análise de solo, análise foliar, e de incidência de pragas, e já se pode comprovar essa melhoria na qualidade, isso tem encorajado os agricultores. Além desse aspecto, existe também a preocupação com a qualidade da saúde dos membros da família.

Dentre as dificuldades encontradas, tem destaque o aumento da demanda de mão de obra, por exemplo, quando substitui o uso de herbicida nos carregadores da lavoura, pelo controle manual do mato via capina. E em alguns casos observa-se uma dificuldade em manter a produtividade, sobretudo no início da transição, pois em alguns casos o solo encontra-se em desequilíbrio e precisa de tempo para recuperar a capacidade produtiva natural. A COOPFAM incentiva a mudança para o sistema agroecológico e oferece assistência técnica especializada. Na primeira safra a COOPFAM paga 50,00 a mais por saca e na 2ª e 3ª safra, paga 100 e 200 respectivamente, como forma de subsidio(PEREIRA,2016).



Dentre os princípios e práticas agroecológicas adotadas no manejo do café (MOURA et. al, 2015), destaca-se a adubação verde, cobertura morta, controle ecológico de pragas e doenças, aproveitamento de subprodutos gerados na propriedade, barreiras naturais e sistemas de consórcio.

### 3.4 Capacidade de criação de redes de colaboração

Conforme representado no esquema abaixo, através do uso da ferramenta diagrama de Venn, identificou-se um total de quatorze (14) atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no funcionamento da unidade produtiva adotada para o estudo de caso. Deste total seis (6) foram classificados como sendo de grande importância; oito (7) como grau médio de importância; e um (1) como pequeno grau de importância.



**Figura 5** - Diagrama de Venn representando as relações entre atores sociais no Sítio Terra Viva, em Poço Fundo-MG.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2016.

Dentre as seis (6) relações com grande grau de importância, quatro (4) foram posicionadas bem próximas ao centro (unidade produtiva), evidenciando uma relação mais intensa, com mais comunicação e trocas no cotidiano. A igreja católica apresenta grande importância, pois está ligado a espiritualidade e a vida social da família, todos os moradores frequentam semanalmente as missas e participam dos eventos promovidos pela igreja. A associação de bairro, foi considerada de grande importância e muita proximidade, devido ao forte vínculo que a família mantém com essa instituição, conforme relatado, ajudaram a





fundar a associação e participam ativamente das reuniões, atividades e eventos, que segundo eles, é muito importante para o convívio da comunidade e qualidade de vida dos moradores do bairro. Já a EMATER tem o importante papel de assessoria e acompanhamento técnico, com uma certa regularidade de visitas à propriedade, sendo fundamental para o bom funcionamento do sistema produtivo. Por fim a COOPFAM merece destaque, pois é de grande importância para a família, representando um forte vínculo de confiança e apoio institucional, sendo totalmente responsável pela comercialização do café produzido na propriedade.

Outros dois (2) atores sociais de grande importância, foram representados com uma proximidade mediana, que indica uma menor intensidade de comunicação e troca, mas sem deixar de serem importantes. A Associação Orgânicos Sul de Minas, é de grande importância para a família, pois é o órgão responsável pela certificação orgânica da propriedade. No entanto, atualmente, não tem tanta intensidade de contato, sendo que realiza visitas técnicas de auditoria com menor frequência, mas conforme enfatizado pela família, teve uma proximidade muito intensa no período de transição agroecológica e no processo de adequação para obtenção da certificação. O mercado externo, é o grande responsável pela compra do café, cerca de 95% da produção anual do sítio é vendida, na forma de grão cru, para a COOPFAM, que tem como destino final a exportação, por isso é de grande importância para a família, embora não tenham relação direta, pois a venda é mediada pela cooperativa e por isso está representado no diagrama com uma distância mediana.

Em relação aos oito (8) atores sociais com média importância, quatro (4) foram posicionados com uma proximidade de média intensidade. Os bancos foram caracterizados dessa forma, devido ao acesso à linha de créditos do Pronaf para sistemas agroecológicos. Já a Prefeitura, mantém uma relação de média intensidade, devido aos serviços básicos que são prestados. As universidades e os movimentos sociais, foram considerados de média importância e média proximidade em relação a unidade produtiva. Segundo os familiares, mantém certo vínculo e afirmaram gostar de participar de eventos e projetos mas nem sempre possuem disponibilidade de tempo. Os outros três (3) de média importância, porém com maior distanciamento, destaca-se o extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário, pelas políticas públicas de assistência aos agricultores familiares e aos eventos realizados, no qual segundo os agricultores são pouco frequentes. A Associação de Cafeicultura Orgânica, também pelos eventos realizados e o Sebrae pelos cursos prestados. A Embrapa foi considerada de pequena importância e grande distanciamento, segundo a família



entrevistada porque a instituição não atua na região prestando suporte aos cafeicultores familiares.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação as mudanças ocorridas no território e no modo de vida dos agricultores do município de Poço Fundo-MG, é possível destacar três períodos distintos: da *subsistência*, que vai até a década de 1970, da *agricultura tecnicada* com influência de fatores externos que desestruturaram a economia familiar, e o período da *agricultura solidaria e comércio justo*, vivido a partir da consolidação da COOPFAM no território na década de 1990 e da gradual adoção da agroecologia como matriz tecnológica de desenvolvimento.

Constatou-se que os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos do mercado e tem condições de se inserir competitivamente, em um mundo crescentemente globalizado e competitivo, mantendo a condição camponesa e sendo cada vez mais, um locus privilegiado para um modelo de produção sustentável, pautado em princípios agroecológicos. Além do mais a pequena produção é importante para manutenção de empregos e estratégica para promoção da segurança alimentar no país, pois é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil é proveniente da agricultura familiar, em detrimento do setor do agronegócio altamente tecnicado, excludente e poupador de mão-de-obra.

Frente as dificuldades de reprodução e os problemas enfrentados pelo agricultores familiares camponeses, conclui-se que a mudança para um modo de produção agroecológico apresenta potencial para ampliar a autonomia, conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural e a capacidade de reprodução social desse tipo de agricultor. Constatou-se que é necessário uma nova proposta de extensão rural pública e gratuita de combate as políticas neoliberais e novas pesquisas e produção tecnológica voltadas para o enfoque agroecológico. Deve haver a ampliação da atuação do Estado na promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos, de valorização dos conhecimentos tradicionais e proteção da agrobiodiversidade.

Embora constatado que o Brasil é o maior produtor de café do mundo e a região Sul de Minas referência nacional e principal produtora do país, a cafeicultura familiar orgânica de base agroecológica, ainda é incipiente na região quando comparado a cafeicultura convencional de grande escala. Apesar de apresentar vários casos de sucesso na região,



sobretudo graças a COOPFAM, a cafeicultura familiar de base agroecológica encontra dificuldades em sua reprodução, tendo recebido pouca atenção e credibilidade das esferas governamentais, sendo visto simplesmente como um modismo. Isso aponta para a necessidade de um novo enfoque de uma política voltada para o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial em que as tradições camponesas passem a ser “uma fonte de inovação no plano de produção, da sociabilidade local e das instituições” (WANDERLEY, 2011 p. 125)

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento do setor orgânico é considerado uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar camponesa. E o cooperativismo, a organização social e assistência técnica especializada abre novas possibilidades para viabilizar a construção de territórios agroecológicos de vida e uma estratégia efetiva de reprodução social da agricultura familiar camponesa.

## 5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** – Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

BONÍ, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan. 2005.

CAVINO, V. C. O.. **A experiência de comércio justo de agricultores familiares da cooperativa Coopfam de Poço Fundo(MG):** Identificando os obstáculos e as potencialidades da transição para a agricultura de base ecológica. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2012.

COELHO, F. M. G. O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16, 2005. Edição especial.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira : café** – v. 3 safra 2016, n. 4 – Brasília : Conab, 2016

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

EMATER. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Poço Fundo: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Poço Fundo/MG, 2006.



FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG. 199-217, DEZ. 2008

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura**. 4ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 653p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar. Primeiros resultados**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dados cidade 2010**, disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 10/10/2016

LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: **do mito à realidade**. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

MOURA, W. M. et al. Produção de café Arábica e Conilon em cultivo orgânico de base agroecológica. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p.40-52, nov. 2015.

MOREIRA, Cássio Franco. **Caracterização de sistemas de café orgânico sombreado e a pleno sol no sul de Minas Gerais**. Dissertação(mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.

PEREIRA, C. J. Entrevista concedida a Dourado, N.P. Poço Fundo, 9 jun. 2016. [O roteiro da entrevista encontra-se no Apendica A desta monografia].

PLOEG, Jan D. V, der. **O modo de produção camponês revisitado**. p.13-54. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006..

SOUZA, M. C. M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem**: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. São Paulo: Tese de Doutorado/FEA/USP, 2006.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Anais 27º encontro Nacional de Economia**, Belém, 1999. p. 1301 – 1318.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. p. 42-61, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 4d. Porto Alegre: Bookmen, 2001.